

IMOBILIZADO

Imobilizado o que a auditoria examina no CPC 27

Vida útil, valor residual e depreciação são estimativas revisáveis. Entenda o que a auditoria
examina no imobilizado sob o CPC 27/IAS 16.

NORMA BASE

CPC 27 / IAS 16

PÚBLICO

Controladoria,
contabilidade e auditoria

EDIÇÃO

Edição 2026

DATA

Agosto de 2026

O imobilizado parece a conta mais estável do balanço, e é justamente por isso que costuma esconder as escolhas mais silenciosas de resultado. Sob o CPC 27, equivalente ao IAS 16, a depreciação de um ativo depende de três estimativas que a administração define e revisa: a vida útil, o valor residual e o método de depreciação. Mexer em qualquer uma delas altera a despesa do período sem que nenhum ativo tenha mudado de lugar, e é aí que a auditoria concentra o olhar.

IMOBILIZADO

Resumo

01 O CPC 27 (IAS 16) manda reconhecer o imobilizado

O CPC 27 (IAS 16) manda reconhecer o imobilizado pelo custo, que inclui os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condição de uso e a estimativa de custos de desmontagem e restauração, quando aplicável.

02 Vida útil, valor residual e método de depreciação

Vida útil, valor residual e método de depreciação são estimativas, revisadas ao menos ao fim de cada exercício; mudanças nelas são tratadas de forma prospectiva, afetando o presente e o futuro, não o passado.

03 Componentes relevantes de um ativo, com padrões

Componentes relevantes de um ativo, com padrões de consumo diferentes, devem ser depreciados separadamente, e ignorar essa segregação distorce a despesa do período.

04 Indícios de desvalorização acionam o teste de re

Indícios de desvalorização acionam o teste de recuperabilidade de outra norma, e o aumento dos juros de mercado é um desses indícios, o que liga o imobilizado ao ambiente de custo de capital.

P	A
Vida útil	Período em que o ativo gera benefícios para a entidade
Valor residual	Valor estimado de alienação ao fim da vida útil
Método de depreciação	Forma como o custo é apropriado ao longo do tempo
Componentização	Partes relevantes depreciadas separadamente

As quatro escolhas que decidem a despesa de depreciação sob o CPC 27/IAS 16.

CUSTO

O que entra no custo do ativo

O reconhecimento começa pela mensuração inicial, e ela é menos óbvia do que parece. O custo do imobilizado não é apenas o preço de compra. Inclui os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição de funcionamento, como transporte, instalação e testes, e inclui, quando há obrigação, a estimativa inicial dos custos de desmontagem, remoção e restauração do local. Por outro lado, a norma exclui itens que não pertencem ao custo, como perdas operacionais iniciais e gastos de treinamento da equipe.

A fronteira do custo importa porque tudo o que entra indevidamente no ativo vira despesa diferida no tempo, inflando o resultado presente. Gastos posteriores seguem a mesma lógica de substância: só são capitalizados quando aumentam os benefícios econômicos futuros do ativo, como uma melhoria que estende a vida útil ou eleva a capacidade. Manutenção que apenas preserva a condição normal de uso é despesa do período. A auditoria testa essa fronteira porque é ali que se escolhe, item a item, entre despesa hoje e ativo amortizado por anos.

ESTIMATIVA

Vida útil e valor residual não são números fiscais

O ponto que mais gera distorção é confundir a depreciação contábil com a fiscal. A vida útil, no CPC 27, é o período durante o qual a entidade espera usar o ativo e dele extrair benefícios, uma medida econômica que reflete o uso real, a intensidade de operação e a política de reposição da empresa. Ela não é a tabela de prazos da legislação tributária. Usar o prazo fiscal por comodidade produz uma despesa que não corresponde ao consumo real do ativo, e é um dos desvios que a auditoria mais encontra.

O valor residual completa o quadro. É o valor que a entidade estima receber ao alienar o ativo no fim da vida útil, líquido dos custos de venda. Ele reduz a base depreciable, porque só se deprecia o que não se espera recuperar na alienação. Um valor residual inflado reduz artificialmente a despesa de depreciação e sustenta um resultado maior. A norma exige que vida útil e valor residual sejam revisados pelo menos ao fim de cada exercício, e é essa revisão, muitas vezes esquecida, que a auditoria cobra e examina.

REVISAO

Revisão de estimativa é prospectiva, e isso tem consequência

Quando a administração revisa a vida útil, o valor residual ou o método de depreciação, o CPC 27 remete ao tratamento de mudança de estimativa contábil: o efeito é prospectivo. Não se reabre o passado nem se reapresenta comparativo; ajusta-se a depreciação do período corrente e dos períodos futuros à luz da nova estimativa. Estender a vida útil de um ativo, por exemplo, dilui a despesa remanescente por mais anos, aliviando o resultado à frente sem tocar no que já foi registrado.

Essa mecânica é legítima, mas é também uma alavanca. Uma revisão de vida útil bem fundamentada, apoiada em laudo, em histórico de uso e em política de reposição, é boa prática. Uma revisão que aparece justamente no exercício em que o resultado precisava de ajuda, sem lastro técnico, é um sinal de alerta. A auditoria examina o racional da mudança, a evidência que a sustenta e o momento em que ela ocorre, porque a fronteira entre revisão legítima e conveniência mora exatamente nesse conjunto.

P	A
Vida útil alinhada à tabela fiscal, não ao uso real	Despesa de depreciação descolada do consumo do ativo
Extensão de vida útil no ano de resultado pressionado	Revisão de estimativa usada como alavanca de resultado
Ativo complexo depreciado como item único	Despesa distorcida por ausência de componentização
Ausência de teste diante de juros altos e queda de uso	Ativo mantido acima do valor recuperável

Sinais recorrentes no imobilizado e a resposta esperada da auditoria.

COMPONENTES

Componentização: quando o ativo tem vidas úteis diferentes

Muitos ativos não se consomem em ritmo único. Uma edificação tem estrutura, cobertura e instalações com durabilidades distintas; um equipamento de grande porte tem partes que se desgastam e são substituídas em ciclos diferentes do conjunto. O CPC 27 exige que cada parte com custo significativo em relação ao total e com padrão de consumo próprio seja depreciada separadamente. É a chamada abordagem por componentes.

Ignorar a componentização achata a realidade econômica. Depreciar um ativo complexo por um único prazo médio subestima a despesa nos primeiros anos, quando os componentes de vida curta ainda estão no ativo, e a superestima depois. Além disso, a substituição de um componente relevante deve dar baixa no componente antigo e capitalizar o novo, e não apenas somar custo ao conjunto. A auditoria examina se os componentes materiais foram identificados e se as substituições seguiram essa lógica, porque a ausência de componentização é um erro estrutural, não um detalhe.

RECUPERABILIDADE

O elo com os juros altos e a recuperabilidade

O imobilizado não vive isolado do custo de capital. O CPC 27 cuida do reconhecimento, da depreciação e da baixa, mas remete a outra norma quando há indício de que o ativo pode valer menos do que o registrado. Entre os indicadores externos de desvalorização está o aumento das taxas de juros de mercado, porque ele eleva a taxa de desconto usada para medir quanto o ativo ainda consegue gerar em uso. Em um ciclo de juros elevados, ativos de retorno longo ficam mais expostos.

Ou seja, a mesma conjuntura que tenta a administração a esticar vidas úteis para aliviar a depreciação é a que aumenta o risco de o ativo estar acima do seu valor recuperável. A auditoria olha os dois lados dessa tensão: se a depreciação reflete o consumo real e se o ativo, diante dos indicadores, passou pelo teste de recuperabilidade quando devia. Esse território conversa diretamente com o que já tratamos sobre o teste de recuperabilidade e o impairment de ativos, a etapa em que a estimativa de fluxo e a taxa de desconto entram em cena.

PRÁTICA

Implicações práticas para quem fecha o balanço

A primeira implicação é de disciplina de estimativas. Vida útil e valor residual não são parâmetros que se define uma vez e esquece; a norma manda revisá-los ao menos anualmente, com base em uso real e em política de reposição, e essa revisão precisa deixar rastro. Um cadastro de imobilizado que reflete a operação, com componentes segregados e estimativas documentadas, é o que sustenta a depreciação diante do auditor e do regulador.

A segunda é de coerência entre contabilidade e realidade operacional. Ativos totalmente depreciados que seguem em uso, ativos ociosos ainda depreciados como se produzissem, e substituições que apenas somam custo sem baixar o antigo são inconsistências comuns que a auditoria encontra. Corrigi-las não é só conformidade: é ter no balanço um imobilizado que informa, de fato, a capacidade produtiva e o consumo de recursos da entidade.

CASO

Caso anonimizado

Uma empresa industrial de médio porte depreciava seu parque fabril por prazos herdados da tabela fiscal e tratava cada linha de produção como um ativo único. No exercício em que a margem apertou, a administração estendeu de forma ampla a vida útil dos equipamentos, aliviando a depreciação e sustentando o resultado. Não havia laudo nem histórico de uso que amparasse a mudança, e o parque não fora segregado em componentes.

Na revisão, a extensão de vida útil foi confrontada com o uso real e com a política de manutenção, e parte dela não se sustentou. A componentização identificou peças de vida curta que vinham sendo subdepreciadas. Ajustadas a estimativa e a segregação, a depreciação do período voltou a refletir o consumo real dos ativos. O caso mostra o padrão do imobilizado: a conta raramente está errada na aritmética, e o resultado depende de uma vida útil que ninguém revisou com critério ou de um componente que nunca foi separado.

MERC

Como a MERC pode ajudar

A MERC é especializada no mercado financeiro brasileiro e trata o imobilizado como uma área de estimativas, e não de mera contagem de bens, dentro do trabalho de auditoria independente. Isso significa testar a fronteira do custo, avaliar a razoabilidade da vida útil e do valor residual frente ao uso real, examinar a componentização de ativos complexos, verificar se as revisões de estimativa têm lastro e se os indicadores de desvalorização foram observados.

Para indústrias, entidades com parque de ativos relevante e operações intensivas em capital, o ganho é uma depreciação defensável e um cadastro de imobilizado que espelha a operação, com premissas rastreáveis e governança sobre as estimativas. Se a sua entidade carrega imobilizado relevante e quer entender como a auditoria examina essas escolhas, o contato é o caminho para discutir o caso concreto.

FAQ

Perguntas frequentes

PRÓXIMO PASSO

Do requisito ao *teste* que o sustenta.

A MERC é firma de auditoria independente registrada na CVM, especializada em mercado financeiro. Estruturamos o trabalho do diagnóstico a evidência: leitura do requisito, desenho dos testes, trilha de auditoria e o relatório que sustenta a conclusão. Fale com a equipe pelo canal de contato.

SITE	www.mercgroup.com.br
CONTEÚDO	www.mercgroup.com.br/insights
E-MAIL	contato@mercgroup.com.br
TELEFONE	+55 11 98196 1447

Material técnico de apoio da MERC Group. Conteúdo de caráter informativo, sem constituir oferta de serviços a entidades para as quais a independência seja vedada. Exemplos genéricos, sem referência a instituição específica.